Quanto custa a prevenção dos incêndios florestais em Portugal – as contas da Quercus e da Acréscimo

21 de Julho, 2017

Tendo em conta os fatores considerados, do cálculo efetuado pela Quercus e pela Acréscimo, resulta que o preço anual da prevenção florestal em Portugal é de 165 milhões de euros por ano, valor muito abaixo dos prejuízos anuais causados à economia portuguesa pelos incêndios florestais, que estão avaliados em mil milhões de euros. É necessário assim mais investimento na prevenção e ordenamento florestal, de modo a inverter esta situação, segundo afirma a associação ambientalista, em comunicado.

Para os cálculos efetuados pela Quercus e pela Acréscimo, foram tidos em conta os custos associados à abertura da rede primária de gestão de combustíveis (FGC), à criação de faixas e mosaicos (FGC), as primeiras junto da rede viária, de edificações em meios rurais, junto a aglomerados urbanos e a polígonos industriais.

A abertura e beneficiação de caminhos florestais, a valores médios por concelho de 15 quilómetros e de 70 quilómetros, respetivamente, bem como a recuperação e restauro de casas florestais foram também tidas em consideração.

Foram igualmente considerados os encargos com o apoio, por cinco anos, a equipas de Sapadores Florestais, em recursos humanos e materiais, prevendo a criação de duas equipas por concelho, bem como com a contratação de vigilantes por um período de quatro meses ao ano (junho a setembro).

Aos cálculos efetuados pelas duas associações acrescem ainda os encargos com a arborização de 1% da área continental nacional com espécies de folhosas autóctones de baixa combustibilidade, a realização do cadastro florestal simplificado em 1 milhão de hectares e a recuperação de 10 mil hectares por ano de áreas ardidas.

De acordo com uma avaliação estritamente económica, realizada em 2012 por um grupo de 21 personalidades, entre os quais um ex-presidente da República, ex-ministros e ex-secretários de Estado, bem como por economistas e agrónomos conceituados, o país assume um custo anual com os incêndios florestais avaliado em mil milhões de euros.

Não contabilizando os incalculáveis custos com a perda de vidas humanas, aos encargos económicos há que associar os encargos ambientais e sociais, indica na mesma nota a Quercus. Entre estes, os associados à delapidação de recursos naturais, com destaque para o solo, a depreciação do Território, com impacto na paisagem e no turismo rural, e com os prejuízos para a Saúde Pública, decorrentes do aumento da poluição para a atmosfera e para o meio aquático.

A Quercus e a Acrécimo apelam assim a mais investimento na prevenção e ordenamento florestal e sanções para os municípios que não cumpram a legislação de Defesa da Floresta Contra Incêndios. “É inadmissível que ano após ano exista cada vez mais investimento em combate aos incêndios do que na prevenção dos mesmos”, revelam as associações. Também é necessária uma mudança de paradigma no ordenamento florestal, com uma maior utilização de espécies autóctones.